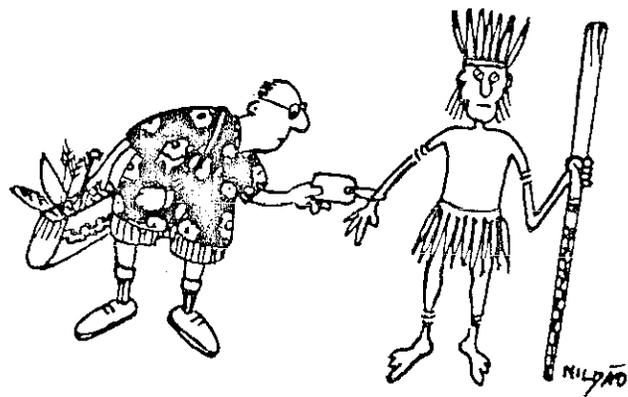


OS PATAXÓ DE PORTO SEGURO



Omar da Rocha Júnior**

Cerca de 1.800 índios Pataxó vivem no extremo sul da Bahia, a maioria no município de Porto Seguro. Nos últimos 10 anos, o boom turístico ocasionado pela "redescoberta" do sítio em que aportou a Esquadra Cabralina impactou significativamente a economia, o comportamento e a própria identidade étnica desse povo, obrigando-o a todo um processo de adaptação às transformações ecológicas e sócio-econômica ocorridas nessa região.

Porto Seguro acordou de um sono secular no início da década de 70, com a inauguração da rodovia asfaltada BR-101, ligando Vitória a Salvador, via Itabuna — correndo no sentido Norte-Sul, paralelamente ao litoral a uma distância média de 60 km, foi a estrada a via de penetração dos principais agentes de transformação. Em 73/74, vivi na região, primeiramente no povoado de Trancoso, antiga aldeia tupiniquim, e posteriormente em Barra Velha, como funcionário da Fundação Nacional do Índio, Funai. Após esse primeiro contacto com os índios, só fui revê-los a partir de 82.

Na reserva administrada pela FUNAI --

uma estreita faixa de terra desmembrada do Parque Nacional de Monte Pascoal, PNMP — está a maior parte desses índios, estabelecidos em duas aldeias: Barra Velha, no litoral, e Boca-da-Mata, no interior. Na Coroa Vermelha, o famoso local da Primeira Missa, cresceu, nos últimos 10 anos, uma aldeia dedicada exclusivamente à produção e venda de artesanato aos turistas. Imbiriba, Águas Belas, Mata Medonha e Trevo-do-Parque, com cerca de 100 habitantes cada, também estão fora da reserva pataxó; a última delas surgiu recentemente, em função da venda de artesanato aos motoristas que trafegam pela BR; Mata Medonha se situa às margens do Rio São Domingos, no município de Santa Cruz de Cabrália, ao norte de Porto Seguro; além disso, vários núcleos familiares são encontrados por toda a região.

O Parque Nacional de Monte Pascoal foi criado em 1961, no limite sul do município de Porto Seguro, entre os rios Caraiá e Corumbau. A par com a floresta atlântica, diversos outros ecossistemas ocorrem ao longo do tabuleiro: restinga, na qual se destaca a "salsa", cujos frutos os índios utilizam na fabricação de colares: mangue, que lhes fornece o caranguejo e outros animais ricos em proteínas: areias, na linha da praia; mais para o interior, no tabuleiro, restos de matas, capoeiras, campos de ervas baixas e campos de sapé, resultados da falta de pouso. As roças dos índios acompanham as barrancas dos rios, ficando os campos, em grande extensão, para a alimentação dos animais. Nos afloramentos de solo cristalino, próximos ao monte, existem roças de cacau abandonadas. O grupo explora justamente a área de menor potencial econômico, mas o conjunto de ecossistemas compensa a pobreza dos solos, em termos de subsistência.¹

Analisando as Micro-Regiões Homogêneas Litorânea e Interiorana do Extremo Sul, Carvalho² observa que são áreas de penetração recente, pois até a primeira metade desse século sua exploração era limitada à costa, com pequenas cidades litorâneas pouco desenvolvidas, cercadas de extensas áreas de floresta que iam até a fronteira

com Minas Gerais. Isoladas pela falta de estradas, com a abertura destas ocorreu um enorme surto migratório, que se reflete no impressionante desenvolvimento das cidades-entroncamento (Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itabela, p. ex.), provocando uma urbanização desordenada. Tal surto se associa ao desmatamento intensivo e à exploração de terras interiores com a pecuária e o cacau. Mesmo nesse processo expansionista, com altas taxas de crescimento, há predominância da população rural, mas, evidentemente, a agricultura de subsistência é a mais vulnerável ao ímpeto da frente extrativista e pastoril.³

Após o "descobrimento" e as primeiras instalações coloniais, a Capitania de Porto Seguro não revelou maior potencialidade econômica para as plantations de cana-de-açúcar, e seu desenvolvimento foi se atrasando continuamente em relação a outros pontos do litoral. Também nos 100 anos de intensa expansão do cultivo do cacau no sul da Bahia, iniciado em 1860, ficou esta região à margem, dormitando entre a praia e a floresta. Esgotadas as fronteiras ecológicas favoráveis ao cacau, a região se valorizou subitamente, devido a vários fatores: a extração madeireira, a expansão da pecuária, a existência de "bolsões" cacauzeiros e o turismo. A rodovia BR-101 cortou a floresta, e no seu rastro avançaram rapidamente, em primeiro lugar, as serrarias, empreendimentos que exigem um capital relativamente baixo, com alta taxa de lucratividade e a vantagem de poderem ser realocizadas, à medida em que se esgotam as árvores. Logo atrás, pela mesma estrada, vieram os empreendimentos pecuários, frequentemente associados aos primeiros. Beneficiados com subsídios oficiais, creditícios e fiscais, como os da SUDENE, as grandes fazendas se instalaram nas áreas de onde já se havia extraído a madeira de valor comercial, implantando pastagens para o

¹ CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves: *Os Pataxó de Barra Velha. Seu Subsistema Econômico*, Salvador, Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFBA., 1977, p. 59-62.

² *Id.*

³ *Id.*, p. 55-57.

CEDI - P.I.B.
DATA 15/10/87
COD. PAD. 24

gado. O vácuo foi preenchido com violência, ocorrendo uma corrida migratória de proporções enormes — pequenos lugares, especialmente os que ficavam à margem da BR, se transformavam em grandes cidades. O campesinato tradicional da área, de “caboclos” ou “posseiros”, sem títulos de suas terras, sofre um acelerado processo de expropriação. A especulação imobiliária e todo o aparelho ligado à regularização de terras se desenvolve.

No litoral, apesar da maior potencialidade do setor terciário, igualmente se dá a expropriação da população ali assentada e a especulação imobiliária. Aos poucos, vai se implantando uma estrutura turística, tendo Porto Seguro com pólo principal. Além das praias virgens, há o “chamariz patriótico”: afinal, é ali o “Sítio do Descobrimento”, a “Terra Mater do Brasil”, e o visitante é atraído a uma viagem ao passado, de volta às raízes do país. E, claro, até mesmo existem “índios”, os “primeiros”, os “contactados por Cabral”. A indústria turística se consolida com empresas especializadas, com *know-how* e capital de outras regiões, investindo maciçamente na divulgação do local, acabando por torná-lo o segundo pólo turístico da Bahia. Pequenas pousadas e restaurantes, que exigem menor capital, proliferam. O “novo paraíso” atrai rapidamente vários *outsiders*, “os de fora”, categoria na qual se enquadram pessoas vindas dos grandes centros urbanos, constituída de *hippies*, artistas, jovens profissionais liberais, aposentados, etc. Trazem eles novos estilos de comportamento — inicialmente chocantes para a população tradicional — e se acomodam no setor de prestação de serviços. A população urbana te-

ve que se adaptar à crescente invasão e solicitação de estranhos, e uma série de rearranjos espaciais e ocupacionais se processaram, na instalação definitiva da “indústria sem chaminés”. Novas colocações empregam sazonalmente a população urbana pobre, engrossada pelos posseiros expropriados.

A pesca, enquanto potencial econômico, tampouco foi esquecida. Investimentos foram feitos para equipar uma frota moderna, instalações frigoríficas foram construídas, e mesmo uma cooperativa de pescadores foi criada, com apoio da CEPLAC. Os pescadores artesanais foram afetados, pois suas pequenas canoas, de troncos cavados, não podem competir com barcos motorizados; os grandes cardumes são dizimados em alto mar e já não chegam tantos peixes próximos à costa, ou na zona de exploração das canoas. A esses pescadores restou a proletarização assalariada, trabalhando para os proprietários dos barcos. O peixe e a farinha, alimentos básicos da população, encareceram sobremaneira.

Com o desmatamento intensivo, restou apenas a área do Parque Nacional como última reserva da Floresta Atlântica, salvo algumas poucas “reservas” particulares. Os sítios “na mata” — conheci ainda muitos em 73 — praticamente desapareceram. E o próprio regime pluvial alterou-se sensivelmente, segundo os regionais. Evidentemente, todo esse processo que relatamos impactou os pataxó, que, como Porto Seguro, foram também “redescobertos”. Interessa-me, em especial, examinar a situação deles no sistema turístico, o que faremos mais à frente, após um breve apanhado da história do contacto desse povo.

O CONTATO

Os conquistadores encontraram no litoral os Tupiniquim, ou, segundo Nimuendaju,⁴ *Tupinaki*, povo de língua tupi, e os submetteram imediatamente à catequese. Três

⁴ NIMUENDAJU, Cust: *Mapa Etno-Histórico*, Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

dos povoados litorâneos do município de Porto Seguro nasceram de aldeias — Arraial da Ajuda, Trancoso e Caraívas — e um quarto, mais para o interior, Vale Verde, ainda hoje conta com remanescentes desses índios. Os Tupinaki mantinham sua posse do litoral, repelindo incursões

de bandos indígenas que se sediavam nas matas do interior, especialmente Pataxó, objeto de nosso estudo. Gradativamente, os Tupinaki foram sendo integrados e aculturados, até sua assimilação total à sociedade regional (até hoje, o campesinato local tem fortes características físicas nativas). Resgatar essa história é uma tarefa importante, mas as informações disponíveis são poucas.

As notícias de contactos com os pataxó surgem a partir do início do século passado. Em 1808, o Desembargador Luiz Thomás de Navarro constata a decadência da vila do Prado em virtude de ataques indígenas atribuídos aos Botocudos e Pataxós. Por outro lado, assinala que índios Comanachó, Macumim e Machacari procuram a vila para obter ferramentas cortantes, dizendo que com elas fariam armas para se defenderem dos inimigos Pataxó e Botocudo, e suspeita ele que tal inimizade seja “fingida”.⁵

A principal fonte de informações é o livro do Príncipe Wied Neuwied,⁶ em que descreve sua viagem pela região (1815-1817). Segundo ele, a área que ia da margem Norte do rio São Mateus até o rio Cabralia era frequentada por Pataxós, Cumanachós, Machacalis e outras tribos, enquanto a margem sul era dominada por Botocudos, inimigos temidos daquelas tribos.⁷ As florestas do rio Mucuri eram habitadas por Pataxós, organizados em bandos dispersos, com certo grau de diferenciação entre si: alguns mantinham contactos intermitentes — como em Alcobaca, p. ex. — mas a maioria eram isolados e aguerridos. Levanta ele a hipótese de uma aliança contra os Botocudos feita entre Pataxós, Cumanachós, Machacalis e Panhamis, entre os quais haveria semelhanças de línguas e costumes. O príncipe encontra índios pataxó no rio Pardo, em 1816, trazendo bolas de cera da floresta, para comércio; esse grupo estaria em contacto

⁵ CARVALHO, *op. cit.*, p. 68-69.

⁶ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de: *Viagem ao Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1958.

⁷ *Ibid.*, p. 70

amigável com os brancos desde 1813, intermediado pelos Maxacali; desejavam eles facas e machadinhas, e o autor observa que são eles, entre os índios que conhece, os *mais desconfiados e reservados*.⁸ Nesse mesmo ano, o príncipe passa por Barra Velha, mas não faz menção a nenhuma aldeia. Ao passar por Caraívas, os índios locais (Tupinaki aculturados, provavelmente) informam que os Pataxó vivem nas florestas vizinhas, e com eles comerciam. Em Trancoso, colhe notícias de Pataxós *nus*, também nas matas.⁹

Na relação de aldeias da Província da Bahia, de 1851, não consta Barra Velha, mas se informa que no Prado haveriam *hordas de indígenas bravos*. Em 1857, o subdelegado de polícia do Prado protesta contra a remoção dos índios para Alcobaca, efetuada por missionários capuchinhos, mostrando assim que haviam Pataxó na vila. A hipótese de Carvalho é de que a vila do Prado serviria como polo de aldeamento para tribos vizinhas, como forma de garantir a segurança da população branca local.¹⁰

Em 1861, o presidente da Província noticia a aldeia de Barra Velha, na foz do rio Corumbau, criada para famílias indígenas que estavam em torno da vila do Prado, não hostis mas *persistentes em seus costumes selváticos*. O local já era frequentado pelos índios que iam pescar constantemente no rio Corumbau, às margens do qual armavam ranchos para ficar até o término da pesca e da salga do peixe.¹¹ Não se sabe se houve a necessidade de um padre para a instalação da aldeia, mas tal foi sugerido nas declarações do presidente: *um padre, pois, que saiba com doçura encaminhar para a verdade os espíritos dessa gente... será suficiente para tirá-los da vida que têm vivido, abrindo-lhes os tesouros da civilização*.¹² *Tampouco se pode ter segurança de que os índios aldeados fossem todos da mesma*

⁸ *Ibid.*, p. 255.

⁹ *Ibid.*, p. 220-225.

¹⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 67.

¹¹ *Ibid.*, p. 81.

¹² *Ibid.*, p. 82.

etnia e, mesmo em relação aos Pataxó, o contacto não foi simultâneo, face ao grande número de bandos, alguns em contacto intermitente desde os princípios do Séc. XIX.¹³

Não temos nenhuma informação etnográfica sobre esses bandos, que iam do rio Pardo até o rio João de Tiba: contingentes populacionais, formas de família e casamento, estrutura social, práticas agrícolas e de cooperação econômica, padrões socio-religiosos, sistema político e o estado de guerras/alianças entre eles; provavelmente eram caçadores e tinham grandes mobilidade. Instalada a aldeia de Barra Velha, com ou sem padre, o processo aculturativo foi extremamente rápido, com os índios se adaptando ao sistema de subsistência e pequeno comércio local. Os "caboclos" de Caraívas eram os modelos e também agentes dessa aculturação, diferenciando-se porém dos Pataxó. Iniciada a aldeia com grupos já pacificados, outros bandos, gradativamente, teriam sido por ela atraídos, pressionados pela crescente expansão, mesmo que lenta, da sociedade regional; nela, ou próximo a ela, buscaram acomodação — seria o caso da aldeia de Imbiriba, no rio dos Frades. Apesar dessa integração intertribal, tais bandos devem ter mantido uma relativa autonomia, que estaria nas raízes da atual estrutura de faccionalismo, com base familiar, que constatamos nos pataxó de hoje.

Depois de sua criação, a aldeia passa despercebida. Em 1939, o Almirante Gago Coutinho, da FAB, esteve na aldeia, declarando que os "caboclos" viviam miseravelmente, doentes e analfabetos, sobrevivendo da caça e da pesca. Na mesma ocasião, estava na área uma comissão encarregada de criar o Parque Nacional, mas a mesma nada noticiou sobre os índios.¹⁴ Talvez intencionalmente. Mesmo para a Etnologia, os Pataxó eram considerados extintos.

Em 1951, ocorre uma sublevação dos índios, o fogo de 51. Um "capitão" Pataxó, Honório, havia ido ao Rio, procurando o SPI, e lá conheceu dois indivíduos que se

declararam amigos dos índios. Essas pessoas visitaram a aldeia de Barra Velha e incitaram os índios a saquear um armazém em Corumbau e a cortar as linhas do telégrafo. A repressão foi imediata e violenta, tendo os dois estranhos sido mortos no confronto com policiais e regionais, o que eliminou a possibilidade de saber o que realmente queriam; os índios pensavam serem eles "agentes do governo". A aldeia foi incendiada, vários índios morreram e a partir disso o grupo se dispersou e se desorganizou. Tal incidente, porém, tirou os Pataxó do esquecimento e o noticiário da imprensa sobre o caso revelou o lastimável estado de miséria, todos passando fome e alguns doentes.¹⁵

Os índios se espalharam pela região, em pequenos núcleos ou em simples unidades domésticas, buscando trabalho em fazendas ou novos assentamentos na mata. Com o tempo, alguns foram regressando a Barra Velha, por não encontrarem condições de sobrevivência fora dali. Em 1961, foi finalmente delimitado o PNMP, abarcando exatamente o território dos Pataxó, à revelia dos mesmos — nessa época, evidentemente, sem condições de reação, face à sua diáspora. Somente em 69 a FUNAI passa a se interessar por eles, nomeando um inspetor para atendê-los.

A proteção oficial, mesmo que tardia, foi importante, coincidindo com o início do processo de transformações que afetou toda a região. Com o avanço do desmatamento e da pecuária, foram se restringindo os locais de refúgio possível aos índios, nas matas; as atividades de caça e extrativismo se reduziram sensivelmente, e a única solução que restava aos pataxó era tentar voltar a Barra Velha. Porém, ali já estava instalada a administração do Parque, ciosa de preservar sua fauna e flora — e os índios, quanto a isso, representavam uma ameaça. Os fiscais do IBDF, órgão responsável pelo Parque, várias vezes queimaram as roças dos Pataxó; para esses, restou como alternativa de subsistência a

¹³ *Ibid.*, p. 74.

¹⁴ *Ibid.*, p. 83-84.

¹⁵ *Ibid.*, p. 84-87.

coleta de caranguejos no mangue e a pesca eventual. Os índios passam a pressionar a FUNAI, reivindicando seu território, iniciando-se assim uma longa demanda entre os dois órgãos governamentais; nesse processo, houve mesmo tentativas de reassentamento dos índios em outra área, às quais eles resistiram tenazmente.¹⁶

Tal resistência tinha fortes motivos. Barra Velha, no limite sul do município de Porto Seguro, e no limite norte do município de Prado, representava um ponto de menor pressão da sociedade envolvente — até hoje, é um local de difícil acesso. A própria existência do Parque, lesiva que seja aos interesses indígenas, serviu para defender a área do avanço das fazendas e do desmatamento, pois é pouco provável que os índios, sozinhos, tivessem forças próprias para isso. Os diversos ecossistemas da área, como já vimos, proviam os índios de recursos para sua subsistência, e difícil-

mente outra área teria essas mesmas condições. Finalmente, ali estavam enterrados seus antepassados. Frente à resistência passiva dos pataxó, FUNAI e IBDF tentaram vários acordos, até que em 1981 a reserva pataxó foi definitivamente demarcada, com o desmembramento de uma faixa de terras ao norte do Parque.

A FUNAI, por sua vez, criou toda uma infra-estrutura em Barra Velha, posto, escola, enfermaria, cantina, porto, barcos, rádio, etc. Um novo núcleo (Boca-da-Mata) cresceu rapidamente, a oeste de Barra Velha, nas terras virgens da reserva, aptas para a agricultura. O contingente populacional dobrou em pouco tempo — em 74, havíamos recenseado cerca de 500 indivíduos, e em 82 a FUNAI indicava a existência de 1.100, dentro da reserva. Mas, a solução foi apenas paliativa, e os problemas continuaram e se agravaram, como veremos adiante.

A ADAPTAÇÃO

No processo de mudanças por que estão passando os pataxó, pode-se identificar três momentos distintos, que, sem dúvida, se interpenetram: um primeiro, em que bandos autônomos percorrem a floresta, entrando diferencial e gradativamente em contacto com a sociedade brasileira, até a fundação da aldeia de Barra Velha, em 1961; um segundo, de integração dos índios, com o desenvolvimento da aldeia e relações interétnicas mais intensas, até o fogo de 51 e a desagregação do grupo; e um terceiro, o atual, desde a reconstrução da aldeia, com a adaptação do grupo a uma realidade em transformação vertiginosa, a criação do Parque, a tutela oficial, o impacto do turismo e a especialização no artesanato. Para esse quadro amplo, são poucas as informações seguras, mas para traçá-lo se pode usar material comparativo, de realidade semelhantes, hipóteses e mesmo especulações — afinal, qualquer tentativa de compreensão vale

mais do que nenhuma e toda ciência tem como componente um exercício de imaginação.

Até início do século passado, os Pataxó habitavam as matas do interior, e seu acesso ao litoral era obstaculizado pelos grupos tupi ali situados. Com a extinção ou assimilação dos Tupinaki, tal resistência se deteriora, sendo substituída pela força dos brancos, concentrados em cidades e povoados. Os bandos Pataxó, tendo provavelmente na caça e na coleta suas principais fontes de subsistência, deveriam ser pouco numerosos — efetivamente, não há notícias de grandes aldeias. Restringidos a oeste pela expansão da pecuária e ao sul pelos atritos com os botocudos, e frente ao maior poderio dos brancos, tais bandos se deixam, aos poucos, atrair para o comércio com os civilizados. A sociedade nacional interessava pacificá-los, por questões de segurança em seu avanço para o interior, e os índios não podiam deter uma tecnologia mais avançada — que, por outro lado, também os seduziu.

¹⁶ AGOSTINHO, Pedro: "Bases para o Estabelecimento da Reserva Pataxó", in *Revista de Antropologia*, 23: 19-29, São Paulo, 1980.

Constituída uma aldeia estável, segue-se uma readaptação de vários níveis da cultura indígena, especialmente o econômico. A agricultura se torna mais importante e os pataxó aprendem — se já não o sabiam — a cultivar a mandioca e a produzir farinha. A adoção de uma nova tecnologia, a sedentarização mais prolongada e num ambiente distinto da floresta e a proximidade de núcleos civilizados (e de índios já intensamente aculturados) foram sem dúvida os principais fatores a alterar a cultura pataxó e a colocá-los num novo nível de integração sócio-cultural. Para Steward,¹⁷ a assimilação de qualquer minoria étnica significa primeiro que certos traços tenham sido adotados do grupo subcultural particular com a qual a minoria teve contacto, e segundo, que certos aspectos da cultura nacional tenham afetado a cultura minoritária a ponto de integrá-la como uma nova subcultura, uma parte especializada dependente do todo. O processo de assimilação de modo algum é uma simples substituição das características nativas pela totalidade do padrão nacional. Os traços que são adotados para constituir a nova subcultura e como é esta integrada no todo sociocultural mais amplo, difere em casos individuais. Nesse processo de quase um século, do qual não se têm registros, os Pataxó abandonaram sua língua nativa e adotaram os padrões culturais do segmento regional: a farinha de mandioca, as casas unifamiliares de taipa e palha, a coivara, a produção de um excedente para o mercado, o uso de produtos industrializados (sal, açúcar, café, roupas, sabão, combustível, espingarda, cartuchos, redes de pesca), etc. Dedicavam mais tempo à caça e ao extrativismo. O sistema de parentesco copiou a terminologia brasileira, mantendo contudo, face à endogamia do grupo, algumas características distintas. Os “índios bravos” se tornaram “caboclos”, absorvendo velozmente a experiência dos tupinaki, mas constituindo ainda uma categoria à parte, não totalmente assimilada, e discriminada. Os Pataxó procuraram vencer a

barreira discriminatória através de casamentos interétnicos e laços de compadrio com os não-índios. Por sua vez, o duplo jogo da sociedade nacional de negá-los como “índios” e como “civilizados” se funda em razões de exploração dos mesmos — de um lado, negam-se os “direitos” atribuídos aos índios “puros”, e por outro se remunera a mais baixo preço a produção indígena, e se torna mais fácil apropriar-se de seu território.

Pode-se dizer que, neste novo nível de integração — de bandos caçadores autônomos a uma *part society* dependente — os Pataxó desenvolvem formas mais complexas de adaptação ao ambiente e de arranjos produtivos, nas quais os traços culturais primitivos desaparecem, por falta de função. Apesar de acamponesados, o grupo étnico se mantém, tanto pelas vantagens internas que daí decorrem — solidariedade, defesa do território — como pelas restrições da sociedade envolvente. Mesmo existindo um território comum a todos os Pataxó, minha hipótese é de que subsistiriam internamente subterritórios, de posse de subgrupos fundados por famílias extensas, provavelmente com origem nos antigos bandos, que derivariam por sua vez nas atuais facções políticas.

Steward identifica dois tipos de segmentos socioculturais numa população nacional: os grupos horizontais, como classes, castas, divisões ocupacionais etc, que mantêm posições de status num arranjo hierárquico e ultrapassam as localidades em certa extensão, diferenciando-se geralmente durante o desenvolvimento nacional; e os grupos localizados, que também podem resultar de diferenciação ocorrida durante o desenvolvimento nacional — por exemplo, subculturas surgidas de uma especialização local na produção, ou de adaptações ecológico-culturais — ou consistir em minorias étnicas, como, por exemplo, habitantes nativos sobreviventes de um período pré-nacional. Justamente os dispositivos funcionais pertencentes a esses últimos grupos, passíveis de observação direta segundo os métodos usados pela Etnologia, enquanto contrapostos aos dispositivos de nível nacional, seriam

o objeto da Ecologia Cultural.¹⁸ Os Pataxó, no constituir-se como subcultura e no processo de assimilação, absorveram tais dispositivos de um segmento que também possui uma subcultura própria, histórica e ecologicamente marcada, sendo difícil determinar os traços mantidos pelos índios.

No início da década de 50, esse nível de integração estaria já amadurecido. Esquecidos de qualquer proteção oficial, a integridade de seu território se vê ameaçada, por fazendeiros, por invasores, etc. Significativamente, o grupo procura um “capitão” que os represente e possa requerer o apoio do governo, criando assim as bases de uma nova unidade e articulação política interna. O *fogo de 51* é bastante representativo das fortes contradições ainda existentes entre o grupo indígena e o segmento regional, mesmo que em termos de subcultura haja uma relativa homogeneidade entre ambos. Os dois forasteiros apenas revelaram os ressentimentos dos Pataxó para com os “portugueses” — achando que tinham apoio da força maior (o governo), os índios saqueiam a bodega que lhes ficava mais próxima, ponto de exploração econômica e de discriminação. Com o fracasso, os índios se espalham, provavelmente segundo as divisões familiares tradicionais, desfazendo a unidade até então conseguida.

O terceiro e atual momento, após o interregno da dispersão, inicia-se nos anos 60 e tem como principais marcas a luta por um território (contra o governo/IBDF), a tutela e intervenção da FUNAI (também, contraditoriamente, governo), o desaparecimento das condições ecológicas anteriores (floresta, caça), o surgimento do turismo e, conseqüentemente, do “artesanato pataxó” e de uma nova identidade. Os desqualificados “caboclos” passam a receber um novo valor no sistema interétnico, tanto pela presença do órgão tutelar oficial como pela própria demanda do fluxo turístico em relação a “índios de verdade”.

¹⁸ *Ibid.*, p. 47-48.

A luta pela terra se inicia quando os pataxó começam a retornar a Barra Velha. A atomização do grupo tendia a levá-lo à total assimilação, à conseqüente perda de identidade e à renúncia ao território que tinha como seu. Mas fortes laços de coesão permaneciam entre as famílias e as barreiras da discriminação persistiam — só restava ao grupo voltar, e foi o que fizeram os índios. Encontraram, então, os guardas do IBDF e a proibição de fazer roças e caçar, mas mesmo assim iam permanecendo, sobrevivendo com mil expedientes. Com o interesse da FUNAI, já no início dos anos 70, os índios se sentiram mais seguros e trataram de fazer impor ao órgão seu desejo de permanecer em Barra Velha. Inicia-se a questão entre os dois órgãos governamentais que visam à proteção — um dos índios, e o outro das matas. Nessa batalha, ainda não terminada, os Pataxó tiveram algumas vitórias, resistindo à pressão para deslocá-los da área.

A “proteção” da FUNAI teve seu preço: a perda de autonomia dos índios. Politicamente divididos, adotaram a FUNAI como instância de superação de seus conflitos internos, abrindo campo, assim para a instalação de um poder externo sobre eles. Em troca, passaram a cobrar do órgão os serviços que achavam serem de seu direito. A FUNAI monta então, em Barra Velha, uma imensa estrutura de atendimento aos índios (barcos, escola, enfermaria, cantina, etc.), mas sem a participação deles na administração, a não ser por alguns assalariados subalternos. O poder da FUNAI passa a ser o principal elemento em jogo nas lutas entre as facções, resultando disso alianças entre algumas delas e funcionários do posto, contra as demais. O acordo final entre FUNAI e IBDF, em 1981, não contou com a aprovação da maioria dos índios — apenas 8.000 ha, a pior parte da área do Parque, lhes foi concedida.

De qualquer forma, a demarcação da reserva aliviou um pouco a situação. Imediatamente, a população indígena aumentou, incorporando várias famílias que ainda estavam fora da área e que cada vez mais tinham dificuldades de sobreviverem

¹⁷ STEWARD, Julian: *Theory of Cultural Change - The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana, University of Illinois Press, 1955, p. 47.

cia. A terra, porém, era insuficiente, constituída na maior parte de campos improdutivos, ficando de fora mesmo o famoso mangue; a mata, estreita faixa a oeste, só permitiu a instalação de pequenos lotes familiares, contíguos, dificultando sobremaneira a utilização de técnicas tradicionais, como a coivara; a caça, na área do Parque (cercado com arame farpado) foi terminantemente proibida, e desapareceu fora dessa área, devido aos desmatamentos e instalação de fazendas; mesmo a criação de pequenos animais (porcos, galinhas) se viu prejudicada pela proximidade física entre as roças. Terminada a fertilidade natural de terrenos virgens, a produtividade caiu bastante e a subsistência se tornou difícil — com isso, voltam a crescer as pressões por parte dos índios pela reconquista de todo o Parque.

A “redescoberta” de Porto Seguro e o turismo trouxeram novas opções para os índios. A produção de artesanato tornou-se uma fonte importantíssima de ingresso monetário, abrindo inclusive possibilidades de autonomia em relação à reserva, para várias famílias. Pequenos “bandos”, relativamente independentes, surgiram, à procura de bons “pontos” comerciais, numa espécie de caça aos turistas. Assim nasceu a colônia de artesãos da Coroa Vermelha: situada numa praia belíssima, de fácil acesso, próxima a Porto Seguro, o

O ÍNDIO TURÍSTICO

Eu sou u índio qui deu presente ao Papa (inscrição no casquete de Cacique Itambê).

O artesanato turístico assumiu grande importância econômica, política e simbólica para os pataxó, nesse terceiro momento de sua história. Tal artesanato é uma criação recente e pouco tem a ver, aparentemente, com os artefatos tradicionais do grupo.

Antes do boom turístico, os Pataxó tinham já uma pequena produção artesanal, que era vendida nas festas do município e em pequenas lojas de Porto Seguro. A

local tem como forte fator de atração o fato de ter sido o local da Primeira Missa no Brasil, evento bastante marcado na consciência dos brasileiros pelos livros didáticos de 1º grau. Além da Coroa Vermelha, que se tornou uma aldeia voltada exclusivamente para a produção e comercialização do artesanato, outro ponto importante, conquistado pelos índios e hoje em fase de expansão, é o ramal de acesso da BR-101 à sede do PNMP.

As relações interétnicas, neste terceiro momento, tornaram-se mais complexas. A Segurança de um território (mesmo que insuficiente) protegido, eliminou, de certa forma, o conflito com os regionais na disputa pela terra — com exceção das pequenas aldeias, que estão em questão: Imbiriba e Águas Belas, ameaçadas por fazendeiros. A tutela da FUNAI, como vimos, deu um “governo” para os índios, que se impôs também aos regionais; sua assistência, mesmo que precária, deu maior autonomia aos Pataxó em relação aos serviços do município. De certa forma, os índios ficaram mais ilhados. Por outro lado, o turismo revalorizou-os enquanto etnia, no quadro do município, e lançou-os também na competição de uma fatia desse mercado. Contraditoriamente, neste momento, os Pataxó estão mais isolados e mais presentes, encontrando sua síntese, enquanto *part-society* no exótico.

principal festa, a de Nossa Senhora D’Ajuda, no Arraial de Ajuda, ocorre em agosto e ainda hoje atrai milhares de romeiros de todo o sul da Bahia e de Minas Gerais. Em 1974, a principal produção dos índios era a de colares de sementes de “mata-pasto”, ainda pouco sofisticados; desde então, diversos itens foram acrescentados a esse repertório: arcos-e-flechas, lanças, bordunas, tangas, *brajáú* (pequena aljava), casquetes e cocares, braçadeiras, bolsas, cortinas, colares de diversos feitios, esculturas em madeira, cestaria, etc. Inicialmente, essas peças foram copiadas de artesanato de outros índios, especialmente Xerente (um chefe de posto tinha vivido

com esses índios e possuía alguns objetos), como também de peças adquiridas ou vistas nas lojas da Artíndia, da FUNAI. Com o tempo, uma linguagem própria emergiu nessas peças, dando origem a uma incipiente “tradição” artesanal pataxó.

A produção é familiar, havendo uma tendência a uma especialização por sexo e idade na confecção de peças ou parte delas — os homens trabalham com a madeira, talhando-a, enquanto as mulheres cuidam das penas e as crianças dos tecidos em cestaria e acabamentos. A matéria-prima, em grande parte, provém da floresta: árvores, cipós, pássaros (papagaios e tucanos), etc., mas entram também na confecção produtos industrializados, como o *Q-Suco*, usado para tingir as penas. As ferramentas são simples: facão, serra, agulhas, faca. Na Coroa Vermelha, os índios compram a matéria-prima, seja de outros índios ou de fazendeiros. As peças, adornadas com penas, em cores vivas (existem até cores “da moda”!), são de pouca durabilidade. Não pretendem ter uso prático algum, e sua principal finalidade é servir como *souvenir dos Pataxó de Porto Seguro*.

Os índios não vendem apenas o artesanato, mas também sua própria imagem, “vendem” a si mesmo. Pois, se o “souvenir” é uma marca na viagem do turista, deve ser carregado de um significado preciso: *made by indians*, por índios de verdade, que ainda habitam o Brasil. Assim, os Pataxó se travestem de “índios”, usando as tangas, cocares, braçadeiras e colares vistosos de penas que fazem para vender, especialmente na Coroa Vermelha. Na reserva ou fora dela, vestem-se como os camponeses da região, mas no comércio de artesanato, ou quando é necessário enfatizar sua identidade (falar com autoridades, participar de atos públicos), transformam-se eles nas imagens dos índios da Primeira Missa, conforme as iconografias mais populares difundidas em nossa sociedade.

Barra Velha e a reserva são de difícil e controlado acesso, daí a importância comercial da Coroa Vermelha, do ramal de

acesso ao Parque e da própria BR-101. Também algumas boutiques e lojas urbanas vendem artesanato Pataxó, ou melhor, revendem, adquirindo as peças a baixo preço. É característica a disputa dos índios pelos prováveis compradores, e nessa competição vale tudo: as crianças, principalmente, são as mais acionadas para contactar (e importunar) os turistas, mas várias outras técnicas de atração foram desenvolvidas. Produzir *souvenirs* não exige nem especialização nem habilidades maiores, e hoje uma grande parte dos índios o faz, até mesmo em aldeias tão isoladas como Águas Belas. A invenção individual é constante, mas é rapidamente copiada, se bem sucedida — mesmo assim, há um esforço em marcar estilos pessoais. É interessante também notar como a produção e comércio de artesanato “pataxó-sisou” outros povos indígenas do sul da Bahia, que com eles aprenderam a arte. Por outro lado, produzir “artesanato indígena” é fácil também para não-índios, ocorrendo uma concorrência desleal.

Atualmente, o artesanato está em crise, por várias razões: a excessiva proliferação do mesmo, a repetição e o desgaste estético, a rarefação e encarecimento crescente da matéria-prima, a competição interna que avilta os preços, a falta de mercados externos e o próprio desgaste da imagem Pataxó, passado já alguns anos de sua “redescoberta” (e, quem sabe, o surgimento de uma nova imagem do índio no Brasil de hoje). O órgão tutelar, através da Artíndia, não tem interesse em comercializá-lo, julgando-o de baixa qualidade. Os índios começam a se sentir desesperados e procuram alternativas precárias: incursões a outras praias e cidades, como Salvador e Guarapari, vendas em quantidade para órgãos estaduais, como o Instituto Mauá, busca de grandes encomendas junto a lojas, diversificação da produção (adornos carnavalescos, p. ex.), etc. Ao mesmo tempo, revalorizam também as atividades agrícolas, o que reforça suas aspirações por terra.

O contacto intenso com turistas produziu várias mudanças comportamentais entre os Pataxó. Tornaram-se eles hábeis ven-

dedores (*malandros*, segundo os turistas), mas o individualismo se expandiu, trazendo uma grande descrença quanto ao poder do grupo — o que contradiz sua aparente e forjada uniformidade. Novos valores e motivações surgiram, especialmente um “consumismo” vertiginoso (marca registrada do turista) e também, contraditoriamente (pois é daí que tiram sua subsistência), um desejo de deixar de ser índio, de ascender à “brancura afluente”. Ao mesmo tempo, o índio Pataxó teve sua imagem comercializada até a exaustão pelas agências promotoras do turismo na região (Bahiatursa, Porturismo, etc.), e até mesmo sua “gíria” (um pequeno repertório de palavras Maxacali que os Pataxó adotaram) passou a ser usada na cidade, tornando-se nomes de casas comerciais (*Butique Kaiambá*, p. ex.). Um dos grandes empreendimentos hoteleiros da região chama-se *Taba dos Pataxó* e foi inaugurado pelo inevitável Cacique Itambé, ele mesmo uma das marcas registradas de Porto Seguro. Os índios, antes desconfortáveis, ainda hoje miseráveis, tornaram-

se lucrativa atração turística, testemunhando e reforçando a antiguidade dos monumentos do sítio histórico. Por sua vez, valem-se eles também desse testemunho, e assim erigem sua identidade: “os índios de Cabral”.

O turismo impactou a identidade étnica dos pataxó, dando-lhes, por um lado, elementos para contrapor à contestação dos regionais, que os vêem como meros “caboclos”, mas, por outro lado, realçando sinais diacríticos que não lhe são, talvez, próprios, mas do imaginário brasileiro. O exemplo mais significativo disso é a valorização que os índios da Coroa Vermelha davam à encenação anual, “Semana do Descobrimento”; da *Primeira Missa no Brasil*, promovida pelo MIBRAL, uma verdadeira salada de brasilidade *kitsch*, na qual os Pataxó — que a representam como sua grande e própria festa — faziam (e assumiam) o papel de ingênuos selvagens, encantados com a beleza cristã dos brancos.

PERSPECTIVAS

No Brasil, nos últimos anos tem crescido a força do movimento indígena, que tem como seu principal respaldo a “opinião pública”, esse conceito um tanto amorfo que inclui os meios de comunicação. Ultimamente, forja-se uma unidade entre os vários povos indígenas do País e uma nova imagem do “índio” aparece na consciência nacional. Como vimos, a imagem que os Pataxó dialeticamente criaram para si próprios está se revelando *demodée* e mesmo pouco lucrativa. As condições reais de sobrevivência desse povo estão cada vez mais ameaçadas e restritas; o factionalismo e o individualismo, por sua vez, inibem a emergência de um forte movimento reivindicatório ou de uma unidade política combativa. A inépcia da FUNAI (proverbal) no lidar com essa

problemática só fez agravá-la.

Nesse terrível campo de contradições em que se encontram os Pataxó, temos esperança de que algo novo possa surgir, seja pela ação dos próprios índios, no desenvolver da luta pela terra, seja por mudanças reais na intervenção governamental, (pela pressão dos índios e seus aliados), tornando-se mais sensível. Muitas atividades podem ser desenvolvidas: formas cooperativas de produção e comercialização, novas técnicas na agricultura, valorização e enriquecimento do artesanato, etc. — o fundamental é que se enfatize a autonomia e a autogestão dos índios. Os Pataxó, parece-nos, aguardam e lutam por um quarto estágio de integração à sociedade brasileira, mais justo para com eles.